

Economia só crescerá no segundo semestre de 93

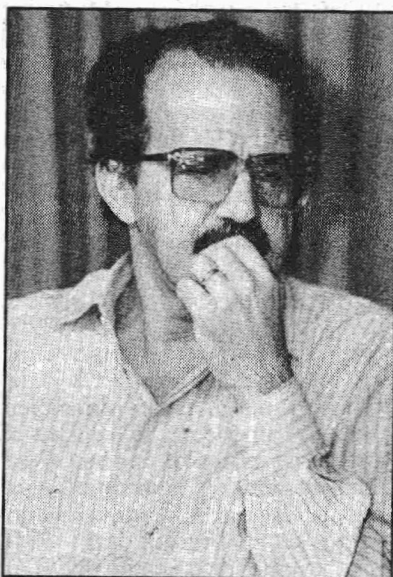
Belo Horizonte — O crescimento econômico do País não virá tão cedo, se confirmarem as previsões pouco otimistas do ministro do Planejamento, Paulo Haddad, manifestadas ontem. Segundo ele, será possível ter sinais de recuperação econômica somente no segundo semestre do próximo ano, mas isso só ocorrerá se o Governo conseguir aprovar um ajuste fiscal bem feito.

— “A primeira arrancada de 1993 será difícil, ainda com o cobertor curto” — alertou o ministro aos jornalistas que foram até sua casa ontem.

As dificuldades do Governo, segundo ele, devem-se a uma economia estagnada desde 1985; oito experiências mal-sucedidas, de estabilização; um grau de pobreza que se acumulou até ficar extremamente elevado; um processo de corrupção que atingiu toda a máquina pública e não apenas a cabeça; e a reforma administrativa do ex-ministro João Santana, considerada desastrosa. Para Haddad, João Santana não teve critérios de prioridades e seletividade para organizar a reforma e parou órgãos importantes do setor da saúde, educação e ciência e tecnologia, além de ter atingido de forma negativa todos os outros setores.

— “Não há uma área que a gente conversa que tenha escapado deste furacão” — disse Paulo Haddad.

Mesmo assim, o ministro do Planejamento acredita que, com um bom ajuste fiscal, seria possí-



Haddad: sem ajuste, estagnação

vel chegar-se a um crescimento de três a quatro por cento do PIB no segundo semestre do próximo ano, o que teria um “efeito espetacular sobre o mercado de trabalho”.

— “Para este ano, uma desaceleração da inflação já seria boa” — disse o ministro.

Segundo ele, nas duas últimas semanas os preços deram sinais de desaceleração, com a inflação apontando pequenas quedas de 0,5, ou um por cento. Esta desaceleração inflacionária se deve, na opinião dele, à postura do Governo de que não haverá confisco, dolarização ou congelamento na economia, o que provoca a desmontagem das remarcações pre-

ventivas de preço.

Hargreaves — Apesar de considerada uma “questão fechada” pelo ministro da Economia, Gustavo Krause, na quinta-feira, o Imposto sobre Transações Financeiras (ITF) não é um assunto já decidido dentro da proposta de ajuste fiscal que será enviada ao Congresso. A informação é do ministro-chefe do Gabinete Civil, Henrique Hargreaves, o único membro do Ministério a visitar ontem o presidente Itamar Franco. Na semana passada, o ITF provocou a primeira crise no Ministério, quando, em uma cerimônia na Confederação Nacional da Indústria, o ministro da Indústria e Comércio, José Eduardo Andrade Vieira, criticou duramente a idéia de criação do novo imposto, defendida pela equipe econômica.

— “O presidente Itamar Franco quer alternativas a tudo, e essa questão (o ITF) não foi colocada para ele em termos definitivos” — disse ontem o ministro Hargreaves, que classificou o novo imposto como “apenas uma das hipóteses que estão sendo definidas na equipe econômica”.

Segundo Hargreaves, o único ponto decidido no ajuste fiscal preparado pela equipe econômica é que são necessários instrumentos para resolver rapidamente a falta de recursos no caixa do Governo. Hargreaves afirmou que os atritos com o ministro José Eduardo Andrade Vieira, que é o proprietário do Banco Bamerindus, acabaram.